

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Sul 116 Participações S.A. ("Companhia"), com sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco, 311 sala 523 (parte), tem por objeto social: financiar novos projetos mediante a participação no capital acionário das seguintes sociedades: (i) Invitel Legacy S.A. ("Invitel Legacy"); (ii) Futuretel S.A. ("Futuretel"); e (iii) Zain Participações S.A. ("Zain").

Até janeiro de 2013, a Companhia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de Argolis Holdings S.A. ("Argolis") celebrado com a Telemar Participações S.A. ("Telemar") em 25 de abril de 2008, era garantidora das obrigações assumidas por seu acionista Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações ("IIFIP"), tendo firmado na mesma data um Contrato de Prestação de Fiança com o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") no valor de R\$755, referente a um processo administrativo em que era parte Lexpart Participações S.A., uma das controladas de Argolis em 25 de abril de 2008. Em 24 de janeiro de 2012 a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa competente para o exame do Processo, proferiu decisão que rejeita o recurso especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional e reconhece não haver qualquer valor a ser pago pela Telemar no âmbito do Processo. Dessa forma, em 9 de janeiro de 2013, a carta de fiança foi devolvida ao Itaú BBA e seu cancelamento efetivado.

Durante o período de vigência da fiança, não surgiram eventos que tenham gerado desembolsos por parte da Companhia no âmbito do referido contrato de compra e venda de ações.

A Companhia integra os blocos de controle de Zain, Futuretel e Invitel Legacy. A Companhia detém, ainda, participação indireta no capital social de Newtel Participações S.A. ("Newtel").

A Sul 116 é uma companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM"), tendo suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado administrado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia não detém investimentos operacionais, estando sua geração de caixa limitada basicamente às receitas financeiras auferidas de suas aplicações.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em trocas de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Utilização de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações financeiras. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

c) Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

d) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos doze meses subsequentes. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Investimentos

Em 1º de janeiro de 2013, entraram em vigor as novas normas contábeis revisadas, que introduziram algumas modificações nas práticas contábeis adotadas até o exercício anterior.

Na elaboração das demonstrações financeiras, estão sendo aplicados:

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto;
- CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas;

O principal efeito da aplicação dos novos pronunciamentos deu-se na exclusão da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos da Companhia são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

f) Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

g) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

h) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

i) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo sua apresentação nas demonstrações requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Demonstrações financeiras e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

j) Demonstração do resultado abrangente

Esta demonstração não está sendo apresentada, pois não ocorreram operações enquadradas como “outros resultados abrangentes”, assim, o resultado abrangente corresponde ao resultado do exercício.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Aplicações financeiras	4.919	3.644

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI Certificados de Depósito Bancário, e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2013	2012
Banco Itaú BBA S.A.	-	1.211

Em decorrência do Contrato de Prestação de Fiança firmado entre a Companhia e o Itaú BBA (vide nota explicativa nº 1), em 12 de maio de 2008, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Títulos e Direitos Creditórios com o Itaú BBA no valor de R\$ 755, com prazo indeterminado. De acordo com o referido instrumento, a Companhia cedeu fiduciariamente debêntures emitidas pela Dibens Leasing S.A. de sua propriedade. As debêntures são atualizadas a 99,5% da variação do CDI.

Em 24 de janeiro de 2012 a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa competente para o exame do Processo, proferiu decisão que rejeita o recurso especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional e reconhece não haver qualquer valor a ser pago pela Telemar no âmbito do Processo. Dessa forma, em 9 de janeiro de 2013, a carta de fiança foi devolvida ao Itaú BBA e seu cancelamento efetivado.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2013	2012
Saldo negativo de IRPJ	542	504
Saldo negativo de CSLL	-	2
Total	542	506

O referido saldo pode ser: (i) compensado com obrigações fiscais futuras (no caso de uma companhia holding, usualmente decorrentes de receitas provenientes da atualização monetária sobre saldo negativo de imposto de renda sobre aplicação financeira e do recebimento de juros sobre capital próprio); ou (ii) objeto de pedido de restituição após homologação da Receita Federal do Brasil. A Companhia planeja efetuar pedidos de restituição em data próxima ao encerramento do prazo decadencial de 5 anos, conforme dispõe o art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional.

Dessa forma, considerando que o saldo registrado em seu balanço patrimonial é passível de recuperação na forma descrita acima; e (ii) o prazo de duração da Companhia é indeterminado, conforme determinado em seu estatuto social, a administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão com relação ao saldo de tributos a recuperar.

7. INVESTIMENTOS

Seguem resumidos abaixo os detalhes das participações:

	Futuretel		Zain		Invitel Legacy	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Participação no capital	46,38%	46,38%	45,85%	45,85%	34,33%	34,33%
Quant. de ações ordinárias	97.115	97.115	648.316	648.316	545.018	545.018
Capital social	10.288	10.288	20.187	20.187	2.000	2.000
Patrimônio líquido	10.826	10.844	4.935	5.214	820	930

	Futuretel		Zain		Invitel Legacy		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldo em 01 de janeiro	5.030	5.016	2.391	2.388	319	347	7.740	7.751
Equivalência patrimonial	51	69	(128)	3	(38)	(28)	(115)	44
Dividendos	(60)	(55)					(60)	(55)
Saldo em 31 de dezembro	5.021	5.030	2.263	2.391	281	319	7.565	7.740

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social integralizado era de R\$18.985, representado por 48.582.043.390 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa, escritural e sem valor nominal, sendo que 881.137 ações estão em tesouraria.

A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear até o limite de R\$3.500.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições de emissão e de colocação dos respectivos valores mobiliários.

8.2. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

8.3. Cancelamento de aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de junho de 2013, foi aprovada a proposta da diretoria quanto ao aumento do capital social da Companhia no valor de R\$10.550 mediante a emissão, para subscrição particular, de 39.045.151.739 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, correspondendo a um preço de emissão por ação de R\$0,0002702 ("Aumento de Capital").

O Aumento de Capital aprovado ficaria condicionado à (i) efetivação do aumento do capital social de sua controlada indireta Newtel Participações S.A. que ocorrerá em caso de decisão condenatória final irrecorrível no Processo Administrativo nº 16682.720256/2010-25, por meio do qual a Receita Federal do Brasil questiona a compensação de tributos federais com a utilização de 100% dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL registrados por Telpart na data da incorporação; e (ii) subscrição da totalidade das ações a serem emitidas no âmbito do Aumento de Capital.

Todavia, após o fim do prazo para subscrição de sobras no âmbito do Aumento de Capital, foi constatado que não houve manifestação por parte dos acionistas da Companhia para subscrição da totalidade das ações objeto do Aumento de Capital.

Sendo assim, conforme informado no Aviso aos Acionistas divulgado em 26 de agosto de 2013, o aumento de capital foi cancelado, não restando aos seus acionistas qualquer obrigação ou direito à subscrição e integralização de ações no âmbito do Aumento de Capital.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. RESULTADO FINANCEIRO

	2013	2012
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	383	393
Receita de juros e outras receitas financeiras	28	24
	411	417
Despesas financeiras		
Despesas bancária e custódia	(14)	(24)
Juros, multas e comissões sobre fianças	(5)	(11)
	(19)	(35)
Total	392	382

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia auferiu lucro tributável no exercício e, consequentemente, valores a recolher a título de imposto de renda e contribuição social, nos montantes de R\$6 e R\$14, (R\$12 e R\$7 em 31 de dezembro de 2012), respectivamente.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no período findo em 31 de dezembro estão representados a seguir:

	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(60)	152
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	20	(52)
Equivalência patrimonial	(35)	64
Compensação do prejuízo fiscal	8	11
Outras	(13)	(42)
Impostos de renda e contribuição social no resultado do exercício	(20)	(19)
Alíquota efetiva	33%	12%

Adicionalmente, a Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a serem compensados com lucros tributários futuros, ambos no montante de R\$643 (R\$670 em 31 de dezembro de 2012). A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses montantes, devido à falta de expectativas de realização dos mesmos, considerando o estágio atual de suas operações.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. . O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a Companhia exerça tal opção.

Considerando que a MP 627 possui um número relevante de emendas propostas, que o prazo inicial de 60 dias para conversão em Lei foi prorrogado até 22/04/2014 e que a Receita Federal do Brasil necessita disciplinar matéria, de acordo com a própria MP, havendo também a possibilidade de que alguns artigos sejam alterados ou suprimidos, como já ocorrido com o artigo 70, que foi eliminado com base no Parecer do Relator da MP 627, a Administração aguarda a finalização do processo de análise das emendas à MP 627 e instruções complementares da Receita Federal do Brasil, para que tenha condições de avaliar e definir as ações necessárias à aplicação da mesma nas suas atividades operacionais e demonstrações financeiras.

11. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação. O lucro e a quantidade média ponderada em milhares de ações, utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2013	2012
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(80)	133
Ações ordinárias (*)	48.582.043	48.582.043
Lucro por ação ordinária (centavos por ação)	(0,000002)	0,000003

(*) média ponderada em milhares de ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ação.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. PASSIVO CONTINGENTE

Na controlada em conjunto Zain Participações S.A., a contingência é a seguinte: em 31 de maio de 2011, a Receita Federal do Brasil lavrou o Auto de Infração MPF nº 07.1.9000-2010-00139-0, no valor aproximado de R\$40.000 mil, sob a alegação de que as despesas incorridas por Zain com as emissões de notas promissórias, cédulas de crédito bancário e debêntures em 2006 e 2007 e o pagamento dos respectivos juros não seriam dedutíveis para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social devida por Zain. Em 30 de junho de 2011, foi apresentada impugnação contra o referido auto de infração.

O julgamento do processo foi convertido em diligência e, após apresentados os documentos solicitados, aguardou-se intimação do Relatório de Conclusão de Diligência Fiscal. Em 27 de junho de 2012, foi tomada ciência do Relatório e protocolada a petição em resposta ao referido relatório. Em vista da parcela favorável à Companhia da decisão da primeira instância foi interposto recurso de ofício (fazendário). Já contra a parte desfavorável da decisão de primeira instância será interposto recurso voluntário ao CARF. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado do auto de infração era de R\$43.759 mil.

Na controlada indireta Newtel Participações S/A, as contingências são as seguintes: em 21 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil ('RFB') lavrou o Auto de Infração MPF nº 0718500/00123/10 ("AI") contra Newtel, o qual, posteriormente, transformou-se no Processo nº 16682.720256/2010-25, tendo por objeto a compensação de prejuízos fiscais sem a observância do limite de 30% do total dos referidos prejuízos. No âmbito da incorporação por Newtel, a Telpart utilizou na referida compensação 100% dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido por ela contabilizados. A RFB, entendendo que o limite de 30% para a utilização dos referidos prejuízos e base negativa se aplica inclusive a pessoas jurídicas em extinção, autuou Newtel, na qualidade de sucessora de Telpart. O valor total do auto de infração, atualizado até 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 90.981.

Em 19 de janeiro de 2011, foi apresentada impugnação contra o referido AI, a qual foi julgada inteiramente improcedente pela decisão da Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Contra tal decisão foi interposto recurso voluntário em abril de 2011 ao órgão de segunda instância na esfera administrativa, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). Tal recurso foi apreciado em julho de 2012, pelo CARF, tendo sido julgado inteiramente improcedente. Em 18 de outubro de 2012, Newtel recebeu a intimação desta decisão e, conforme opinião de seus assessores legais interpôs recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF"). A admissibilidade do referido recurso está pendente de análise pelo CSRF.

Caso o recurso de Newtel não seja admitido ou indeferido, poderá optar por questionar a lavratura do AI em esfera judicial. Nesse caso, Newtel deverá depositar integralmente o valor contestado a fim de evitar a inscrição do débito no cadastro da Dívida Ativa da União.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em função da sucessão de Telpart, Newtel é parte, ainda, do Processo Administrativo Fiscal n.º 10768.012103/2002-74, no âmbito do qual são contestadas compensações realizadas por Telpart no valor de R\$ 2.439, com base nos saldos negativos de IRPJ dos anos-calendário de 1998, 1999 e 2000, decorrentes da não-utilização dos valores de IRRF incidentes, a título de antecipação, sobre receitas de aplicações financeiras e de juros sobre capital próprio auferidas naqueles períodos.

Em novembro de 2011, a Segunda Turma Ordinária da Primeira Seção do CARF negou provimento ao recurso voluntário interposto por Newtel. Em abril de 2012, Newtel apresentou recurso à CSRF, instância administrativa final, e aguarda julgamento. Caso a decisão desfavorável seja mantida, Newtel deverá fazer o pagamento dos tributos referentes ao montante compensado ou litigar na esfera judicial. O valor atualizado do processo até 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 2.634.

Também em função da incorporação de Telpart, Newtel é, ainda, parte do Processo n.º 15374.903937/2010-48. Newtel apresentou à RFB Declarações de Compensação (DCOMPs) nas quais informou a utilização do crédito oriundo de saldo negativo de IRPJ no ano-calendário de 2003 para quitar débitos relativos a tributos federais. A RFB reconheceu apenas parte do crédito pleiteado e não homologou o restante das DCOMPs apresentadas, tendo sido exigidos os respectivos débitos, acrescidos de multa de mora de 20% e juros SELIC. Em 31 de dezembro de 2013 os débitos discutidos representavam R\$ 1.545. Foi protocolada manifestação de inconformidade, a qual ainda não foi apreciada pela RFB.

Newtel é parte do Processo Administrativo n.º 16682.901020/2011-79, que trata de pedido de Restituição/Declaração de Compensação - PER/DCOMP n.º 21084.60803.041006.1.3.02-9360, transmitido via Internet em 04/10/2006 por Newtel, por meio do qual pretende a compensação de débitos de IRRF do mês de setembro de 2006 com crédito decorrente do saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário de 2005 no valor de R\$ 206. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado do processo era de R\$ 235.

Por fim, em 21 de junho de 2013 a Receita Federal do Brasil lavrou o auto de infração MPF n.º 0718500/2012007131 contra Newtel, para exigir IRPJ e CSLL do ano calendário de 2008 devidos em razão da não adição, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, de despesas com amortização de ágio no valor de R\$ 4.514 e exclusão, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL correspondente á ágio já contabilmente amortizado no valor de R\$ 2.482. Em 31 de dezembro de 2013 o valor atualizado era de R\$ 3.678.

Os advogados das controladas em conjunto e indireta responsáveis por estas demandas classificaram como possíveis as expectativas de perdas e, portanto, não foram constituídas provisões para estes montantes.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição dos saldos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Caixas e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nos valores das quotas dos fundos.

- Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram avaliados ao valor de custo acrescidos pela variação do CDI, que se assemelham ao seu valor de mercado.

- Tributos a recuperar

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.

- Derivativos

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e opera apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de taxa de juros

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

d) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

14. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia, são resumidas da seguinte forma:

	2013	2012
Data de aprovação pela A.G.O.	29 de abril	30 de abril
Montante global	50	50
Pagamento efetivo	24	19

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia aprovaram estas Demonstrações Financeiras em 19 de março de 2014, as quais consideraram os eventos subsequentes ocorridos até esta data que pudessem ter efeito sobre o conteúdo aqui divulgado.